

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Governo defende crédito a elétricas para evitar aumento na conta de luz	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Abastecimento de gás de cozinha tem dificuldades em sete estados, diz ANP	3
VEÍCULO: O Globo	4
Título: Analistas veem impacto para exportações brasileiras.....	4
Título: Socorro ao setor elétrico pode fazer conta de luz subir 20%	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Covid-19: nada será como antes, inclusive na mineração	7

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 18/04/2020****Seção: Economia****Autor: Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Governo defende crédito a elétricas para evitar aumento na conta de luz**

Segundo secretária do ministério, três dos itens que compõem a tarifa contribuirão com alta de 7% nos próximos meses

O empréstimo bilionário que o governo negocia para ajudar o setor elétrico a enfrentar os efeitos da pandemia do novo coronavírus tem o objetivo de evitar reajustes de dois dígitos na conta de luz já a partir do segundo semestre, segundo a **secretária executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira**. Para ela, o financiamento, cujos valores são estimados em R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões, poderá diluir, em até cinco anos, o peso de itens que vão onerar as tarifas de energia dos consumidores. “Só vamos fazer o empréstimo após uma avaliação que considere se essa opção, para o consumidor, é melhor do que um reajuste de duas casas decimais”, afirmou, em entrevista exclusiva ao Estadão/ Broadcast.

A conta de luz é composta por diversos itens, como geração, transmissão, distribuição, encargos e tributos. Desses, três devem contribuir com um aumento de 7% nos próximos meses. “Isso tem nos preocupado muito. Quase 60% da população foi afetada pela crise. Não há a menor condição ou ambiente para fazer isso.” Um dos componentes que vão aumentar é a tarifa de Itaipu, que é cotada em dólar. No ano passado, ela foi precificada considerando uma cotação média de R\$ 3,94, e agora, o dólar subiu a R\$ 5,24. “Só isso já aumenta a conta em 2% ou 3%”, alertou a secretária executiva. Marisete lembra também que as tarifas das transmissoras serão reajustadas a partir de julho.

Além disso, as contas de luz vão ter de incluir a parcela para bancar subsídios e descontos tarifários, estimados em R\$ 22 bilhões neste ano. Como a pandemia afeta diretamente a renda dos trabalhadores, seja por redução de salários, seja por demissões, a ideia do governo é intermediar um empréstimo com um consórcio de bancos públicos e privados para que os recursos sejam pagos para as distribuidoras, evitando um reajuste neste ano. A inadimplência tem atingido índices entre 10% e 12%, chegando a 20% em algumas localidades.

Sem receber pagamentos, essas empresas não conseguem honrar suas despesas com transmissoras, geradores e até mesmo com o governo, que recebe encargos e impostos. Os empréstimos, porém, serão negociados em condições melhores que os de 2014, que somaram R\$ 21 bilhões e aumentaram a conta de luz em 6% por cinco anos, afirmou Marisete. “Diferentemente do

passado, quando os juros estavam em um patamar exorbitante, de 11% ao ano, hoje temos uma Selic (taxa básica de juros) em 3,75% ao ano. Isso é um índice muito inferior aos juros cobrados no cheque especial e no cartão de crédito. Temos hoje condições de desenhar um modelo benéfico para o consumidor.”

As medidas serão avaliadas pelo governo em conjunto com a Aneel e levarão em conta todas as sugestões do órgão regulador. Preocupados com o impacto nas tarifas, os diretores da agência propuseram o uso de fundos setoriais para reduzir o valor do empréstimo. “Nós só vamos contratar no empréstimo aquilo que seja estritamente necessário. Todos os recursos disponíveis e possíveis de serem canalizados para o setor serão usados”, disse Marisete. As medidas do governo para enfrentar a pandemia no setor elétrico consideram um horizonte de três meses, mas poderá haver ações adicionais caso a crise se prolongue para além desse período.

“É o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza. Trabalhamos para que possamos estabilizar essa questão da saúde em três meses para que a economia possa voltar a funcionar”, explicou. “Isso não quer dizer que, se a crise se prolongar, não possamos usar outros instrumentos. São medidas iniciais.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/04/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Bernardo Cara /RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA

Título: Abastecimento de gás de cozinha tem dificuldades em sete estados, diz ANP

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) afirma que há atrasos na entrega de botijões de gás a distribuidores em sete estados dopais. O abastecimento vem enfrentando obstáculos devido à mudança de perfil do consumo após o início das medidas de isolamento social.

Em boletim divulgado nesta sexta (17) a ANP diz que apenas 6 das 27 unidades da Federação não tiveram aumento das vendas de botijões até o início da pandemia. Em 12 deles, incluindo São Paulo, o consumo cresceu mais de 30% até a terça (14).

As entregas de gás de cozinha pela Petrobras aos distribuidores estão atrasadas no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, Pará e no Amazonas. Na quarta (15), o diretor da ANP Felipe Kury disse que o abastecimento deve se normalizar em até duas semanas.

Com as medidas de isolamento, muitos brasileiros passaram a fazer refeições em casa, o que provocou também alta no preço dos alimentos. Além disso,

revendedores relatam que consumidores decidiram estocar botijões em casa, com medo de interrupções no abastecimento.

A corrida por gás levou a problemas de falta do produto e aumento de preços. Somado ao aumento do consumo, a Petrobras vem produzindo menos gás de cozinha porque teve que reduzir as operações das refinarias para evitar gargalos no estoque de outros combustíveis.

“O mercado continua desabastecido. O problema está na falta de transporte até as distribuidoras para envase”, afirmou na quinta-feira (14) o presidente da Abragas (Associação Brasileira das Entidades de Classe das Revendas de Gás), José Luiz Rocha.

Também nesta sexta, o Ministério da Justiça informou que acionou órgãos reguladores na tentativa de barrar o tabelamento de preço do gás de cozinha no estado de São Paulo.

No início do mês, o governo do estado anunciou um acordo para estabelecer um teto de R\$ 70 para o preço do botijão de 13 kg. A tratativa tem a concordância do Procon-SP.

Contrário à medida, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça oficiou a ANP e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para a adoção de providências.

A pasta diz temer que o tabelamento dos preços cause desabastecimento em São Paulo e outros estados que adotarem medida semelhante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/04/2020

Seção: Economia

Autor: PEDRO CAPETTI, ELIANE OLIVEIRA E MARCELLO CORRÊA

Título: Analistas veem impacto para exportações brasileiras

Governo cita aumento nas vendas externas no 1º trimestre, mas especialistas apontam antecipação de embarques

RIO E BRASÍLIA- A retração da economia na China, o principal parceiro comercial do Brasil, pode afetar as exportações de commodities, como soja, minério de ferro e petróleo. Especialistas lembram que a queda de 6,8% do Produto Interno Bruto (PIB) chinês refere-se ao primeiro trimestre e, por isso, ainda não se reflete na balança comercial brasileira, pois muitos embarques haviam sido antecipados. Já o governo estima que as exportações para a China

permanecerão em alta, porque o país continuará precisando de alimentos e insumos.

Em 2019, 28,9% de tudo o que foi exportado no país tiveram a China como destino, segundo dados do Ministério da Economia. Do lado da importação, 23,7% vieram do país asiático. O setor externo representa 14% do PIB brasileiro.

Segundo José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a queda do PIB chinês ainda não tem reflexos na balança comercial brasileira em virtude de uma antecipação nos embarques de soja, motivada pela perspectiva de redução dos preços:

— As empresas procuraram vender e embarcar tudo o que pudessem, de forma a garantir preço e demanda por produto. Isso passa a impressão que está crescendo, mas haverá um ajuste no fim.

Dados oficiais mostram que os embarques para a China cresceram 7,36% nos três primeiros meses do ano, frente ao mesmo período de 2019. Só em março, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia, as vendas para os chineses cresceram 12,55%.

PARCERIA ESTRATÉGICA

Os dados são vistos pelo governo como a confirmação do primeiro diagnóstico da crise, quando a equipe econômica identificou que o surto não teria impacto sobre o Brasil, porque a China continuaria a consumir proteínas, mesmo em meio a uma emergência sanitária. Essa era a avaliação em dezembro, quando ainda não se tinha a dimensão global do surto. A análise hoje é que os efeitos sobre a economia brasileira são mais resultado das atividades completamente paradas do que de um contágio do comércio internacional.

Castro, no entanto, vê o risco de um segundo ciclo de contágio, com uma piora do cenário atual, “perdido economicamente”, na avaliação dele: — A balança comercial vai ser diferente daqui a seis meses, mas continuaremos dependentes da China. Isso não muda da noite para o dia.

Welber Barral, sócio da consultoria Barral M Jorge e ex-secretário de Comércio Exterior, avalia que a retração da economia chinesa deve agravar o cenário no Brasil, que, segundo projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgadas na segunda-feira, deve amargar queda de 5,3% no PIB este ano.

Marcos Jank, professor de Agronegócio Global no Insper, acredita que a China continuará precisando comprar insumos do Brasil. Por isso, ressalta, é preciso preservar essa parceria diplomática: — No momento em que a doença avança

em outros países, precisamos ter a China como parceiro estratégico, e não ficar criando atritos desnecessários. Os movimentos de crítica à China são um tiro no pé.

VEÍCULO: O Globo

Data: 18/04/2020

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA - BRASÍLIA

Título: Socorro ao setor elétrico pode fazer conta de luz subir 20%

Alta seria diluída nos próximos anos. Distribuidoras teriam compensação por perda de receitas

Os consumidores de todo o país, inclusive os de grande porte e residenciais, devem arcar com a maior parte dos custos da crise no setor elétrico provocada pela paralisa econômica para combater o coronavírus. O impacto na tarifa vai depender de um conjunto de fatores, mas os números iniciais apontam para alta de 20% nas contas, a ser diluída ao longo de alguns anos.

O número foi calculado pela associação dos grandes consumidores de energia (Abrace) e endossado por mais de 50 outras entidades.

O governo ainda está finalizando a forma como será feito o socorro ao setor, depois de integrantes do próprio Executivo e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) rechaçarem incluir todo o custo na tarifa.

A principal medida é um empréstimo bilionário para as distribuidoras de energia elétrica. O financiamento vai chegar a R\$ 17 bilhões, a ser pago em 60 meses. O empréstimo será coordenado pelo BNDES e concedido por um pool de bancos privados, num fundo que vem sendo chamado de Conta-Covid.

A discussão agora é como diluir esse custo. Está certo que grande parte deve ir para a tarifa, incluindo os juros. O tamanho do socorro é que preocupa. Para outra parte, podem ser usados recursos de fundos setoriais que estão parados. Há ainda pressão, dentro do governo, para que o Tesouro Nacional banque parte da transferência.

O empréstimo é necessário, avalia o governo, para manter a sustentabilidade financeira das distribuidoras e de todo o setor elétrico, já que essas empresas são a base do sistema. O empréstimo poderia evitar um problema de inadimplência nas distribuidoras que gere efeito cascata no setor.

Já é dado como certo que a inadimplência será alta. A própria Aneel proibiu o corte no fornecimento de energia de quem está devendo. Há forte queda na demanda, com impacto sobre os contratos em vigor.

— A ficha precisa cair para o setor. Perder pouco é o novo ganhar. Se tudo for custo para o consumidor, a economia vai demorar para se recuperar — disse Paulo Pedrosa, da Abrace.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 18/04/2020

Seção: Opinião

Autor: Sandro Mabel /Presidente do Conselho da Mineração Comin da CNI e Luis Azevedo Vice-Presidente

Título: Covid-19: nada será como antes, inclusive na mineração

Ninguém duvida de que o Brasil será diferente depois da pandemia da Covid-19. No âmbito individual, com o isolamento social, reconhecemos a fragilidade da nossa existência. Os dirigentes de grandes metrópoles, seja Nova York, seja São Paulo, percebem que o vírus é mais ameaçador do que um avião-bomba ou mais letal do que a violência urbana.

A indústria se vê subitamente desafiada a produzir em escala emergencial a demanda de ventiladores mecânicos para pacientes graves da Covid-19. E, de imediato, percebemos que é necessário resgatar e fortalecer a indústria nacional e produzir insumos essenciais, inclusive os de base mineral.

A mineração pode, sim, ser indutora do desenvolvimento industrial do país. E, assim, atrair investimentos para a cadeia de fornecedores, que precisa ser competitiva frente aos concorrentes externos.

Quanto mais importantes forem as economias de escala e menores os custos de transporte, mais as empresas consumidoras dos insumos minerais tenderão a instalar-se nas proximidades das minas, formando aglomerados industriais em uma mesma região. O resultado será a promoção do crescimento do setor e o desenvolvimento regional.

Nesse cenário, é fundamental que o Brasil se mantenha inserido nas cadeias globais de valor. Deve, para tanto, aproveitar a única “safra mineral” e desenvolver a cadeia de fornecedores de máquinas, equipamentos e serviços para a mineração, visando os mercados interno e externo. Dessa forma, poderá estruturar redes de tecnologias para desenvolvimento integrado de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e maior agregação de valor.

Além de intensificar o desenvolvimento tecnológico e a inovação, deve-se melhorar o ambiente de negócios para o setor mineral brasileiro com crédito acessível, simplificação tributária e facilidade para o uso de garantias pelo investidor. O objetivo final é posicionar o Brasil como grande player fornecedor, não apenas de bens minerais, mas também de máquinas, equipamentos e serviços qualificados. E ainda, colateralmente, reduzir nosso distanciamento social e nos retirar da vala da informalidade da economia em que o modelo atual nos colocou.

O minério de ferro é o carro-chefe da nossa produção mineral no Brasil. Em valor da produção, esse bem mineral ocupa o segundo lugar na oferta mundial e responde por 64,2% de nossa pauta mineral de exportações. Já o nosso nióbio (ligas de ferro-nióbio), por diferenciação de produto, se destaca em termos de competitividade, detendo mais de 90% do market share global.

Todavia, o Brasil, no geral, exporta produtos com baixo valor agregado. Ainda que o saldo comercial do setor seja positivo, o país precisa implementar uma política de estímulo à agregação de valor do insumo mineral. Essa diretriz deve fortalecer e integrar os elos das cadeias produtivas – não apenas do ferro, mas pela verticalização da produção interna dos segmentos de outras commodities industriais.

Cabe ressaltar que certos caminhos não valem a pena ser trilhados nesse processo como o protecionismo com barreiras tarifárias ou a tributação da exportação de minérios. É uma medida totalmente equivocada, como propõe o Projeto de Emenda à Constituição 42 (PEC 42) em tramitação no Congresso Nacional. Essa PEC afogaria ainda mais a produção mineral nacional e não estimularia a agregação de valor da matéria-prima no país.

O aumento da competitividade mineral do Brasil no mercado global passa pela diversificação de bens de que o país é dependente. É necessário que se criem mecanismos de fomento à exploração mineral de produtos menos abundantes e acessíveis, mas importantes para atender à nossa demanda.

Países como Austrália e Canadá adotaram políticas de fomento mineral nos anos 2000. E, de um estágio econômico semelhante ao brasileiro, desenvolveram e diversificaram o setor da mineração. Chegaram à liderança mundial na produção de dezenas de bens minerais.

Por não se ter aqui incentivos para atração de investimentos em pesquisa mineral, não temos descoberto jazidas de substâncias das quais somos dependentes. Mantemo-nos, assim, como importadores de fertilizantes, carvão, cobre, zinco, enxofre e níquel, por exemplo, porque nossa produção não atende à demanda interna.

Certamente, o caminho a ser trilhado não é com financiamento externo por meio de bolsas estrangeiras. Temos que criar os nossos meios, ou seja, uma bolsa para venture capital, fortalecendo o ambiente de negócios interno de forma efetiva e, com isso, ampliar a descoberta de novas jazidas, assegurando a reposição das reservas minerais e o fortalecimento da mineração brasileira.

As médias e grandes empresas brasileiras de mineração já possuem um nível de complexidade tecnológica comparável ao de outros países mineradores. No entanto, se não ocorrerem investimentos na permanente modernização dos processos, poderemos perder competitividade, particularmente com o advento das tecnologias da Mineração 4.0, já praticadas em muitos países desenvolvidos.

Devemos estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de produtos e processos com incentivo aos nossos centros de tecnologia, integrando as nossas oficinas e escolas técnicas com laboratórios estruturados com equipamentos de última geração, apoiados na capacidade da indústria de eletroeletrônica ainda existente no país.

Em meio à crise da pandemia e à econômica dela decorrente, assim como promovemos no tempo certo as medidas de isolamento, que salvaram tantas vidas, devemos nos antecipar e preparar o país para superar as cicatrizes deixadas pela maior depressão do século antes que seja tarde.

MME / ASCOM .